

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: RELATOS DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DE PARINTINS

Autor (1); Beth Alfaia Buás, Co-autor (1); Denilson Diniz Pereira

(Universidade Federal do Amazonas-UFAM, beth.buas@gmail.com, Universidade Federal do Amazonas-UFAM denilsondinizp@gmail.com.)

RESUMO: A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista- TEA na Educação Infantil é um grande desafio, tendo em vista as necessidades de adequações: curriculares, ambientais e metodológicas. Essa pesquisa teve por objetivo analisar quais os desafios enfrentados no processo de inclusão das crianças com TEA a partir de apontamentos e relatos de professoras de cinco Centros de Educação Infantil do município de Parintins no baixo Amazonas. Especificamente de conhecer como se desenvolve o processo de inclusão nas escolas de Educação Infantil? Verificando as estratégias pedagógicas utilizadas pelos educadores, para que se possam discutir as habilidades desenvolvidas pelas crianças autistas a partir da creche, estimulando precocemente e desenvolvendo suas habilidades cognitivas, de linguagem e social. A sistematização desse estudo compreende a introdução, onde pudemos dialogar sobre os desafios da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista nas escolas de educação infantil do município de Parintins no baixo amazonas, realizando um resgate do entendimento de autores sobre a temática proposta para pesquisa assim como suas características e contribuições na formação integral de alunos e professores na Educação Infantil. Assim descrevemos o caminho metodológico que usamos para a construção da pesquisa, tecendo os resultados e discussões a partir do levantamento realizado em lócus nos ambientes escolares, para que pudéssemos assim sintetizar o estudo nas considerações finais e referenciar tais teóricos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa.

Palavras-chave: Inclusão, Transtorno do Espectro Autista - TEA, Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

O contexto da educação inclusiva apresenta desde o seu princípio inquietações a respeito do acesso e permanência de aluno na rede regular de ensino. Sabe-se que para haver a inclusão desses alunos depende necessariamente de políticas públicas, da prática cotidiana do professor na sala de aula e o acompanhamento familiar no processo educacional do estudante.

Na educação infantil, tais aspectos também têm sido relevantes para que crianças de 03 a 05 anos de idade possam ter uma educação de qualidade desde a base. Quando se trata de educandos com necessidades educacionais especiais, mais precisamente crianças com Transtorno do Espectro Autista-TEA, o foco deve estar voltado para o dual Educação Infantil

e Educação Inclusiva a partir de apontamentos e relatos de professoras dos Centros de Educação Infantil do município de Parintins no baixo Amazonas.

Tais fatores remeteram os pesquisadores a levantar questões sobre como propor um atendimento a essa categoria de alunos que necessitam de uma educação que respeite suas peculiaridades, norteando assim as professoras nas ações de como as crianças com TEA estão sendo inseridas no contexto escolar da Educação Infantil

Instigados a partir de observações no Estágio Supervisionado I em Educação Infantil, a pesquisa teve por objetivo geral de analisar quais os desafios enfrentados no processo de inclusão das crianças com TEA em cinco escolas de Educação Infantil no município de Parintins no baixo Amazonas e específicos de conhecer como se desenvolve o processo de inclusão nas escolas de educação Infantil, a partir das estratégias pedagógicas utilizadas pelos educadores no processo ensino aprendizagem das crianças com TEA. Para responder tais inquietações, foram realizadas pesquisas bibliográficas e de campo que serão apresentadas no decorrer deste trabalho.

PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Políticas Públicas para a Educação Inclusiva

A discussão acerca da educação inclusiva é uma questão recente, que tem ganhando espaço através das lutas de uma sociedade que se interessa não somente na integração, mas na inclusão das crianças com Necessidades Educacionais Especiais na escola, assim na educação inclusiva é necessária:

A inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. (MANTOAN, 2006, p. 19)

Incluir requer um esforço por parte do corpo pedagógico da escola para adequar-se as exigências estabelecidas pelas bases legais, afim de garantir uma inclusão necessária.

Como conquista das práticas sociais no caminho da educação inclusiva, segundo Brasil (2008), o Art. 1º que implementa o Decreto nº 6.571/2008, onde vai garantir que os sistemas de ensino matriculem os alunos com deficiência, transtornos globais do

desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado - AEE, ofertado em salas de recursos multifuncionais.

Em seguida o Art. 2º ressalta ainda que o AEE tenha como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

O Plano Nacional de Educação (PNE), prescrito no art. 214 da Constituição de 1988 e reafirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, art. 9º, § I e art. 87, § 1, por exemplo, é um instrumento político de prioridades e conteúdos sistematizados, por meio do qual o governo Federal, através do Ministério da Educação, coordena, controla e fiscaliza a educação do país.

ACESSO E INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS – NEE NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

O ensino infantil configura-se em uma etapa educacional importante para a vida de uma criança. É nessa fase de formação da personalidade que as mesmas irão ter seus primeiros contatos com o conhecimento e conseqüentemente desenvolver suas primeiras habilidades. Incluir as crianças com necessidades educacionais especiais na escola requer um preparo da equipe pedagógica, da estrutura física e principalmente do professor, que se tornará, a partir de sua prática cotidiana o mediador primário para garantir a inclusão da criança com NEE. Segundo Amaral (2007, p. 88):

Mais do que criar condições para os alunos com necessidades educacionais especiais, a inclusão é um desafio que implica provocar mudanças na escola, ou seja, no projeto pedagógico, na postura do professor diante dos alunos, na filosofia adotada pela escola, sempre em prol da valorização das peculiaridades de cada um. Na educação inclusiva não é o aluno que se amolda ou se adapta a escola, mas é ela que, consciente de sua função, coloca-se a disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo.

Assim, percebe-se a importância do preparo da escola de educação infantil para receber as crianças com necessidades educacionais especiais já que por decorrência dos fatores de deficiência ela precisa de acompanhamentos específicos.

A EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS COM TEA

Somente a partir da metade desse século XX houve estudos aprofundados sobre o autismo, e a primeira definição foi usado em 1943, pelo Psicanalista Leo Kanner elaborada nos Estados Unidos, em seu artigo intitulado “*Autistic Disturbances of Affective Contact*”, isto é, Alterações autistas do contato afetivo, onde observou, descreveu e caracterizou os comportamentos de 11 crianças (8 meninos e 3 meninas), que tinham seus comportamentos afetado pela dificuldade afetiva e interpessoal. (ROTTA; RIESGO, 2005)

Ainda para Rotta e Riesgo (2005) os aspectos que mais influenciam na integração da criança com autismo na família, na comunidade e na escola, são os déficits sociais, cognitivos, os problemas de comportamento e da comunicação.

Em 2014 o autismo passou a ser considerado como categoria de portadores de Condutas Típicas na Política Nacional de Educação Especial do MEC, elaborada pela Secretaria de Educação Especial, onde destacam o autismo como “manifestações de comportamento típicas de portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atendimento educacional especializado.” (MEC/SEESP, 1994, p. 14). Assim, possibilitar uma educação especializada para os autistas constitui-se uma estratégia importante no processo de estimulação da criança.

A PRAXIS DO PROFESSOR E A PRÁTICA COTIDIANA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TEA.

A educação para uma criança autista deve ser diferenciada pois o transtorno como um todo apresenta características que podem criar barreiras que possivelmente dificultam a aprendizagem da criança. Mantoan (2006) afirma que:

Como se considera o professor uma referência para o aluno, e não apenas um mero instrutor, a formação enfatiza a importância de seu papel, tanto na construção do conhecimento como na formação de atitudes e valores do cidadão. Por isso a formação vai além dos aspectos instrumentais de ensino. (p. 55)

A ideia da educação inclusiva, dá ao aluno a oportunidade de aprender, examinando o melhor recurso didático que auxiliando-o no ensino/aprendizagem. “A tendência atual da

educação especial, em todo o mundo, é manter na escola com um o maior número possível de crianças com Necessidades educativas especiais.” (BRASIL 2002, p.14).

A práxis é essencial nesse processo da utilização de métodos que será criado pelo professor para que a criança autista tenha uma melhor estimulação e uma aprendizagem satisfatória. O professor reflexivo será o mediador nesse processo.

Assim, a escola deve promover atividades para que o processo de inclusão seja implantado e mais do que isso a escola deve ter profissionais que estejam dispostos a assumir seu papel como educador seja com crianças deficientes ou não.

METODOLOGIA

Apresentaremos a descrição de abordagem de pesquisa, o local onde foi desenvolvida a pesquisa, os sujeitos envolvidos nesse projeto, bem como o instrumento de coletas de dados e os procedimentos que foram utilizados.

A pesquisa teve por objetivo geral de analisar quais os desafios enfrentados no processo de inclusão das crianças com TEA em (05) cinco escolas de Educação Infantil no município de Parintins no baixo Amazonas e específicos de conhecer como se desenvolvia o processo de inclusão nas escolas de educação Infantil, a partir das estratégias pedagógicas utilizadas pelos educadores no processo ensino aprendizagem das crianças com TEA.

A pesquisa deu-se de forma qualitativa expressando a preocupação com o social, o contexto e com uma integração empática com o objeto de estudo para uma melhor compreensão do fenômeno. De acordo com Oliveira (2012, p.60):

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade. Esse procedimento visa buscar informações fidedignas para se explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto em que encontra o objeto da pesquisa.

O método de abordagem trabalhado na pesquisa foi à fenomenologia. “A pesquisa de enfoque fenomenológico constitui-se, pois como etapas de compreensão e interpretação do fenômeno - que poderá ser retomado e visto sob nova interpretação” (MASINI, 2002, p. 66).

Optou-se também pelo método fenomenológico-hermenêutico, o qual parte da compreensão do viver cotidiano, pondo em descoberta os sentidos menos aparentes.

Participaram da pesquisa 10 (dez) professoras de Educação Infantil, 05 (cinco) professoras regentes e cinco professoras auxiliares. Serão 05 (cinco) alunos autistas, sendo 04 (quatro) do gênero masculino e uma (01) do gênero feminino. O critério único de escolha desses sujeitos foi devido estarem matriculados e com laudo fechado de TEA nas escolas de Educação Infantil no município de Parintins no ano de 2017, conforme dados fornecidos pela Secretaria de Educação do Município de Parintins. A escolha das professoras se deu a partir do critério que elas eram as únicas pessoas que tinham mais contato com as crianças dentro da sala de aula, o que se torna essencial para a extração de dados dessa pesquisa.

Os instrumentos utilizados para o alcance dos objetivos traçados foram a Observação Direta. Segundo Lakatos & Marconi (1992 p. 190), a observação direta intensiva é um tipo de observação que “[...] utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”.

Foi também utilizado o Diário de campo, uma vez que este configura-se como um instrumento relevante na pesquisa, pois a cada ida à campo “permitirá um registro de fatos verificados através de notas e/ou observações” (BARROS, 2007, p. 105).

A entrevista semiestruturada foi utilizada nesta pesquisa pois entende-se como um instrumento capaz de interrogar e abstrair informações por meio de perguntas previamente estabelecidas pelo entrevistador, sem ser limitada, podendo ser incluídas, mediante as respostas, outras perguntas e indagações acerca do tema abordado. Sendo assim, “quanto as questões da entrevista [...] sua ordem, profundidade, [...] dependem do entrevistador, mas a partir do conhecimento e disposição do entrevistado, da qualidade das respostas, das circunstâncias da entrevista”. (DUARTE, 2005, p. 66).

A pesquisa realizada foi feita com todo compromisso de manter a postura social e ética em relação ao material coletado no decorrer da pesquisa, com o cuidado de não revelar informações que possa causar constrangimento ao sujeito da pesquisa. Garantindo assim que os resultados deverão ser utilizados somente para a finalidade deste trabalho de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para uma melhor compreensão do trabalho, no decorrer da pesquisa, as educadoras de sala de aula comum foram chamadas de professora 1, 2, 3, 4 e 5. Suas respectivas auxiliares

foram chamadas de professora A₁, A₂, A₃, A₄ e A₅. Cada professora com sua auxiliar, tiveram contatos com alunos autistas diferentes e em diferentes centros educacionais infantis do município de Parintins.

Todas as entrevistadas possuíam graduação, mas nem todas em Pedagogia. Dentre as professoras regentes, somente a professora 05 possuía especialização em Educação Inclusiva, porém com uma formação inicial em Letras em Língua Portuguesa. As faixas etárias sobre o tempo de atuação no magistério das professoras regentes de sala de aula comum entrevistadas variam entre 10 a 25 anos.

Quanto às professoras auxiliares, apenas a professora A₃ não apresentou especialização na área de Educação Inclusiva. Somente cursos de capacitação oferecidos pela SEMED-PIN. Todas possuem formação inicial em Pedagogia. O tempo de atuação no magistério varia entre 02 a 13 anos.

No que se refere à formação profissional das professoras entrevistadas de sala de aula comum, cabe enfatizar que apenas uma apresentou especialização na área Inclusiva, no entanto, sua formação inicial era em Letras em Língua Portuguesa, enquanto que outra professora possui formação inicial em Ciências Naturais. Analisando esse fator observa-se que há muitos profissionais atuando na Educação Infantil, sem terem uma formação pedagógica adequada para trabalhar com essa modalidade de ensino e mais especificamente para trabalhar com crianças autistas.

Para uma apreciação do tema pesquisado, buscou-se contemplar as seguintes categorias de análise do conteúdo sobre as observações *in loco* e entrevistas realizadas com as professoras em relação ao trabalho com o aluno autista. A seguir foram abordadas as categorias para as devidas análises e para o desenvolvimento de forma metodológica foram inseridos tópicos para o diálogo epistemológico.

O AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O SEU DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL, SOCIAL E LINGUÍSTICO.

A criança com TEA também é assegurada pelo direito de frequentar a Educação Infantil. Assim, as professoras, conforme indagadas sobre o antes e o depois da inclusão da criança autista na Educação Infantil, relataram os avanços em seus alunos autistas.

Quando meu aluno começou na educação infantil, ele não havia verbalização, ele tinha pouco sorriso em seu rosto e pouca aproximação com as outras crianças. Agora já podemos observar tudo isso. (Professora 02)

Na colocação da professora A2, ela destaca as habilidades educacionais que seu aluno já alcançou no decorrer do trabalho com ele. Relata as pequenas coisas que seu aluno já consegue fazer na Educação Infantil, e reconhece que mesmo sendo invisível ao ver de outra pessoa, para ela que o acompanha e sabe de suas dificuldades, são grandes progressos.

A professora 2, deixa claro que não utiliza procedimentos metodológicos específicos para com seu aluno, porém ressalta que mesmo assim trabalhando de forma geral, seu aluno está mais sociável, o que para ela já é um grande desenvolvimento.

Dessa forma, conforme, Orrú (2012) destaca que toda criança pequena, com ou sem deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento-TGD ou altas habilidades, ao estar em contato com outras crianças e adultos, podem, desde pouca idade, se apropriar das características tipicamente humanas e superar estágios de desenvolvimento.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO FORMA DE INCLUSÃO DO ALUNO AUTISTA

A prática pedagógica do professor em sala de aula, considera-se um dos fatores importantíssimos para que os alunos sejam inclusos de forma adequada no ambiente escolar. Bueno (1999) salienta que:

A inserção de uma disciplina ou a preocupação com conteúdo sobre crianças com necessidades educativas especiais pode redundar em práticas exatamente contrárias aos princípios e fundamentos da educação inclusiva: a distinção abstrata entre crianças que possuam condições para se inserir no ensino regular e as que não as possuam, e a manutenção de uma escola que, através de suas práticas, tem ratificado os processos de exclusão e de marginalização de amplas parcelas da população escolar brasileira (p. 18).

Do mesmo modo, para que haja uma verdadeira inclusão do aluno autista, este não deve apenas estar matriculado na sala de aula comum, mas necessita de metodologias correspondentes com as suas peculiaridades patológicas apresentadas.

A professora 4 apresentou como respostas da pergunta: Você utiliza algum procedimento metodológico para trabalhar com seu aluno autista?

Só quando percebo que ela está apresentando algum comportamento diferente. Ai eu faço atividades que ela gosta, que é pintar e desenhar. É o que deixa ela mais calma. (Professora 4)

A professora 04 apresentara que não utilizavam nenhuma metodologia especifica para ser trabalhado com o aluno, apenas trabalhavam de forma geral com a turma. O que faziam era apenas usar algumas estratégias que pudessem manter seu aluno mais calmo em sala de aula.

Com isso, o professor deve estar atento às especificidades do seu aluno e introduzir metodologias individualizadas de acordo com o comportamento apresentado por ele. Deverá ser um trabalho constante em elaboração e reelaboração de metodologias conforme o andamento do desenvolvimento da criança.

As professoras auxiliares A₁ e A₄, especificam que utilizam a ludicidade para trabalhar com seus alunos. A professora A₁, deixa bem claro suas metodologias utilizadas com seu aluno autista e consegue associar as habilidades adquiridas pelo aluno após a utilização de tal procedimento.

Assim, quando a escola passa a reconhecer e valorizar as diferenças, consegue abarcar projetos inclusivos de educação que abrangem todos os alunos da escola. A escola vai de encontro, e se contestam com metodologias tradicionais de ensino para dar conta das diferenças nas escolas. Os currículos passam por adaptações, os planos e as atividades são facilitados para que as aprendizagens sejam reforçadas nos alunos com NEE. (MANTOAN, 2006).

CONCLUSÃO

O autismo tem se apresentado como um tema que provoca muita discussão quando se trata da possibilidade da permanência de sujeitos com esse distúrbio na Educação Infantil.

Durante a pesquisa, grande parte das crianças autistas que passaram a frequentar a Educação Infantil apresentaram mudanças no comportamento e melhorias quanto ao desenvolvimento geral, não se atendo a um comportamento específico, após a sua inserção na escola.

Muitos alunos autistas demonstram ser sensíveis às alterações da rotina escolar reagindo com maior adesão às atividades e se mostram mais tranquilos quando estas são adaptadas pelos professores. Nesse contexto a

formação do professor para atuar nessa área deve ser especializada para atender as peculiaridades da criança, e a prática cotidiana desse professor irá ser as ferramentas que farão parte do processo de inclusão.

Assim, a práxis é essencial nesse processo da utilização de métodos que será criado pelo professor para que a criança autista tenha uma melhor estimulação e uma aprendizagem satisfatória. O professor reflexivo será o mediador nesse processo pois, acredita-se, portanto, que o ambiente escolar, em alguma extensão, favoreça possibilidades de desenvolvimento de linguagem e função simbólica ao sujeito autista e possibilidades terapêuticas, já que as atividades propostas para esses alunos tornam-se facilitadoras de ajuste social.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Álvaro Cezar Araújo. Educação Especial: **aplicabilidade das propostas preconizadas nas legislações**. In: TREVISAN, Patrícia Fantinel & CARREGARI, Júlio. 2007.

BARROS, Adil de J. Paes de. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BRASIL. **A Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br//arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 03 set. 2016.

_____. **Plano Nacional De Educação Na Perspectiva Inclusiva**, Brasília: 2008.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **O processo de integração escolar dos alunos portadores de necessidades educativas especiais no sistema educacional brasileiro**. Brasília. MEC/SEEP.1994.

BUENO, José Geraldo Silveira. **As políticas de inclusão escolar uma prerrogativa da educação especial?** In: MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SANTOS, Roseli Albino dos; BUENO, José Geraldo Silveira. Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. Araraquara. SP: Junqueira e Marim; Brasília, DF: Capes, 1999.

DUARTE, Jorge. **Entrevista em Profundidade**. In: DUARTE, Jorge & BARROS, Antonio

- (Orgs.). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. São Paulo: Atlas, 2005, p. 62-83.
- LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** 5. ed. São Paulo: Atlas 1992.
- MASINI, Elcie. **Enfoque fenomenológico de pesquisa em educação**. In: FAZENDA, Ivani (org). Metodologia da Pesquisa Educacional. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar- O Que É? Por Quê? Como Fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2006.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. Abordagem qualitativa. In: **Como fazer pesquisa qualitativa**.4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, Linguagem e Educação**. Interação social no cotidiano escolar. 3ª Ed. Rio de Janeiro, RJ: Wak editora, 2012a.
- ROTTA, N. T. OHLWEILER, L. RIESGO, R. **Rotinas em neuropsiquiatria**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- TRIVIÑOS. AUGUSTO N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: **a pesquisa qualitativa em educação**. 1. Ed. 17. reimpr. São Paulo: Atlas, 1992.